

14-2-79

J T — Afinal, o Proálcool está caminhando ou não?

Garnero — Parece que o Proálcool não merece a totalidade das críticas que levou até agora. Isto é importante ressaltar porque, em outros países, não há nenhum outro programa alternativo de substituição de energia que tenha andado. Bem ou mal, não adianta a gente discutir se estava alto ou estava baixo, mas demorou o processo.

Mas acho que é preciso parar de falar e agir rapidamente e pelo seguinte: as metas estão encurtando no tempo e aumentando no volume dramaticamente.

Fernando — Recentemente, me informaram que o preço do açúcar praticamente dobrou de alguns meses para cá. Até estava fazendo uns cálculos aqui e a tonelada de açúcar hoje está mais ou menos por 350 dólares. Considerando o rendimento da tonelada de cana em álcool, haveria uma relação muito desfavorável entre álcool e açúcar. Isto não tenderia a prejudicar o cálculo econômico do próprio governo? Abstraindo o problema de segurança nacional, importação de petróleo, pelo menos os números nos indicam que simplesmente seria mais viável converter cana para açúcar e exportar açúcar e comprar petróleo.

Garnero — O mercado está reagindo a uma série de posições tomadas. O Proálcool não é o programa do açúcar, nem de exportação. É um programa energético, e tem que ser tratado como tal. Se for tratado como tal, precisamos ver que agora não pode ser baseado nessas necessidades anexas ou em produções que já existem e que correm o risco mais tarde de ter um certo volume. Se é problema energético, vamos comparar inclusive com o aspecto nuclear. Se vale a pena acelerar esse programa e desacelerar outro. Você tem o cash flow nacional e tem que ver de acordo com as necessidades. Hoje há uma concepção em Brasília e está-se tornando nacional, de que o Proálcool é um programa energético dissociado do açúcar e que pode trazer resultados importantes: são 340 mil barris equivalentes de petróleo a serem substituídos em 85, se adotarmos a meta dos vinte milhões de metros cúbicos.

A preocupação: recursos.

J T — O senhor acha que da parte do governo já há consciência de que é prioritário e tem que ser levado mais a sério?

Garnero — Eu acho que sim. Vou deixar para vocês um trabalho que foi feito para o governo, naquele seminário de avaliação do Proálcool, que traz o consenso de 50 entidades empresariais. O governo agiu com extrema rapidez. Dos pontos sugeridos, em dez dias já foram aprovados vários, quase metade.

Fernando — A minha preocupação era a seguinte: por que o problema energético no Brasil foi capaz de motivar o governo a definir um programa, como eu disse, muito bem definido? Aceitando o fato de que o Brasil teve e tem um problema alimentar, por que não se consegue motivar as autoridades a ter, no mesmo pé de igualdade um programa alimentar?

Garnero — A minha tese é exatamente esta. Temos condição de suplementar a prioridade nessa linha e estabelecer um programa energético e um alimentar de altíssimo valor e com uma resposta brutal em um ano ou dois. Na parte alimentar eu acho que temos condições de chegar muito mais rápido ao objetivo do que no energético. Eu acho que para esses dois programas não devem faltar recursos porque são prioritários. Eu acho que este é um programa fundamental. Por isso coloco a agricultura como pedra basilar, mesmo que isto implique uma diminuição substancial de apoio à indústria por um certo período. Por isso eu acho que a indústria, hoje, tem de caminhar de olhos abertos nessa questão dos incentivos e desaparecimento muito rápido dos subsídios.

Esta é a melhor solução. O que falta para dar resultado?

A discussão desta mesa-redonda sobre o Proálcool termina hoje com uma análise do que é preciso para que o programa comece a funcionar. Por exemplo, mais recursos e exploração de outras fontes além da cana, como amadeira.



Fernando (Economia-USP)

Schemberg (físico nuclear)

Barros (da Brasília)

Paulo (da Consesp)

Garnero (setor automobilístico)

Garnero — Pelo contrário. Acho que agora é que estamos chegando a imaginar que o Proálcool seja a solução. Até ontem ele foi um programa anexo. Ele tem de ser autônomo.

J T — Esse programa autônomo significa que houve um entrosamento entre os vários órgãos, porque há pouco tempo existia um descompasso entre os órgãos do governo?

Garnero — Temos feito sugestões, inclusive, e, nesse meio período, o governo indicou o Banco Central para gestor da parte financeira, o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) da parte técnica. As coisas estão se ajustando.

J T — As indústrias que são fabricantes de equipamentos teriam capacidade de corresponder à urgência do Proálcool?

Garnero — Acho que não há problema sob o ponto de vista industrial. O gargalo não está aí. O gargalo está exatamente onde o Fernando e o Barros colocaram. É na parte agrícola. É esse o grande problema. Precisamos desenvolver isso.

O outro problema é conseguir trazer um novo tipo de empresário, não produtor tradicional de açúcar, para a produção de um energético.

Fizemos algumas sugestões e uma delas me parece importante realçar.

Se, você imaginar que são necessários ao redor de trezentos novos empreendimentos de 150 mil litros-dia para se chegar a uma produção de cinco a oito milhões de litros, você vai precisar ter esses trezentos investidores novos no setor. Uma parte será por acréscimo, ainda daqueles que estão, mas, basicamente, estamos falando num projeto autônomo, quer dizer, gente que vai produzir autonomamente.

Uma das sugestões que demos foi a seguinte: há um sistema, bancário, no País, que tem uma reputação de eficiência. Se o Banco

das suas reservas, fosse aplicado em programas de álcool, estou certo que você teria aqui condições de ter, dos 180 bancos, pelo menos 80 com condições de liderar projetos grandes de 500 mil litros. Eles teriam estrutura inclusive para canalizar pequenos e médios empresários, porque são aqueles homens que já têm uma rede ativa de crédito rural no País todo.

Você imagine um grande banco entrando na região, por exemplo, de Goiás ou do Vale do São Francisco para fazer isso. Ele tem uma rede de crédito rural, conhece o pessoal que planta cana, tem o cadastro. Então, na parte agrícola ele pode se apoiar e na parte industrial ou ele toca sozinho seu projeto ou pega 20 a 30 dos maiores clientes e, liderando, faz o projeto industrial.

Uma crise previsível?

J T — É notória a posição do Professor Mário, de crítica ao programa nuclear. Poderíamos ver nessas críticas uma adesão a esse programa do álcool?

Mário — Acho que, na minha opinião, o grande mal do programa do governo em relação aos assuntos econômicos é que ele não é suficientemente global, e, sobretudo, não é suficientemente dinâmico. Não leva em conta a alteração dos fatores internacionais que é muito rápida.

Se tomarmos o programa nuclear ficamos estarecidos de ver a defasagem entre as previsões de custo e a realidade atual que, aliás, o próprio governo reconhece, chega a ser o triplo do custo da energia hidroelétrica.

Está certo que encareceu muito o preço do urânio. Mas, o fato é que a programação brasileira, — estou falando da área nuclear — não merece confiança porque os fatos mostram que a planificação não corresponde à realidade.

O programa nuclear hoje é um absurdo tão palpável que só o próprio governo se recusa a reconhecer que é um fracasso completo. Neste momento em que temos grandes dificuldades, que precisamos de recursos para investir nos setores mais produtivos, fica-se gastando milhões com um setor que não é produtivo. Além do mais em uma tecnologia nuclear que será rapidamente superada, porque o tipo de reatores escolhido é do mesmo tipo desenvolvido no começo da década de 50. Não é uma tecnologia nova. É antiquada. Provavelmente quando chegarmos ao fim do século, a coisa estará completamente modificada. Ou se irá para reatores regeneradores, fusão, outras coisas, ou, possivelmente a energia solar pode baratear muito e se tornar concorrente. Ao mesmo tempo, em Brasília aceitou-se, quando do discurso do Junqueira Batista na Comissão Parlamentar de Inquérito — foi a primeira vez que ouvi, de fonte oficial — que o programa nuclear poderia custar qualquer coisa como 35 milhões de dólares. Na realidade, os preços estão subindo e, conseqüentemente, será muito mais do que 35.

Acho que a programação não é dinâmica e não leva em conta certas coisas mínimas. Por que o Brasil não começou o programa do álcool em 73? Em 73 ninguém mais tinha dúvidas que o petróleo ia começar a subir muito. Não havia dúvida alguma. Em 73 o governo deveria ter feito força para o programa do álcool. Mas não fez. Por que, não sei.

Fernando — Numa tentativa de resposta, de 73 para 74 o choque foi muito grande com o aumento do preço do petróleo. É interessante notar que de 74 para cá foi um período em que as taxas de inflação no resto do mundo foram altas e os preços de petróleo ficaram razoavelmente ao redor de 12 dólares o barril até início de 79. Portanto, o que ocorreu foi uma queda do preço real do petróleo, não de volta

aos 3 (dólares de 1973) mas, pelos números que tenho aí, pegando a inflação nos Estados Unidos, de 12 para 7,5 dólares. Quer dizer, o problema deixou de ser tão grave quanto ele era em janeiro de 74. Acho que isso influiu, de algum modo, na definição do Proálcool em 75 e, posteriormente, no abandono do otimismo via Proálcool em 75, só reativado em 79.

Mário — Mas foi de novo uma falta de visão estratégica. Momentaneamente os países de petróleo perderam terreno no mercado internacional, tiveram que vender o petróleo por um preço efetivo menor, mas isso não poderia ser duradouro. Se pudesse haver uma flutuação, essa flutuação seria necessariamente transitória porque a tendência do preço do petróleo era subir.

Agora, não se pode fazer uma planificação sem levar em conta as tendências a longo prazo. Essa planificação brasileira, absolutamente, não leva em conta as tendências a longo prazo. Essa tendência a longo prazo não pode ser ignorada, senão não tem sentido nenhum.

Então, nós podemos esperar uma planificação, se é realista, ela tem que levar em conta as possibilidades, não pode ficar assim num plano tão abstrato, ela tem que estar ligada à realidade política e parece provado, ninguém vai discutir neste momento, que há uma probabilidade séria de um corte muito grande no fornecimento de petróleo por motivo puramente político, nem econômico, é questão de preço. Então, acho que a planificação econômica do Brasil não é realista, porque não sai de um plano puramente econômico.

Um velho preconceito

Aqui no Brasil havia um preconceito, eu que já sou bastante velho me lembro muito desse preconceito, contra a agricultura. Considerava-se a agricultura uma atividade de país subdesenvolvido, país atrasado. O desenvolvimento do país devia se medir unicamente pela produção industrial. Mas na realidade, os Estados Unidos são hoje um país que não consegue exportar nada a não ser produtos agrícolas. A França também é outro país que detém exclusivamente a exportação de produtos agrícolas. Quer dizer, essa filosofia de que era só produção industrial que garantia, nós vemos que não é justificada.

Na realidade, nós estamos num mundo em que a produção de alimentos é que é a coisa mais importante de tudo. Deve-se preocupar com um aumento cada vez maior no consumo de alimento, em vez de temer a alta dos preços dos alimentos. Então, acho que antes de tudo, o Brasil deve concentrar-se no aumento da produção de alimentos, mesmo para exportação, não só para resolver o problema do povo aqui dentro, em primeiro lugar, mas para exportação. Como as coisas estão indo internacionalmente, o problema dos alimentos é um problema muito mais agudo do que o problema do petróleo.

Um ponto fundamental: a agricultura norte-americana sempre foi considerada uma agricultura modelar devido à alta produtividade, mas se baseou na abundância de petróleo barato, quer dizer, nós temos que tomar precauções também em relação ao aumento da nossa agricultura para não entrar por esses caminhos a que já estamos praticamente condenados. Parece uma coisa ridícula, mas acho que é mais eficiente a agricultura da Índia, porque a Índia consegue produzir uma caloria de proteína gastando 1/10 de caloria de petróleo. Os Estados Unidos, para produzir uma caloria de proteína, gastam 10 calorias de petróleo.

Garnero — Importamos petróleo e somos os maiores importadores de alimentos no mundo, também.

Fernando — O ponto que o professor Mário levanta é relevante.





da agricultura ter sido, digamos, desprezada, ignorada, é o problema que temos: a herança, hoje, é tão ruim que a mudança de mentalidade para se deixar de desprezar a agricultura, terá de ser tão grande que eu, sinceramente, não tenho certeza se o governo está preparado para isso. A expansão da área cultivada precisa junto de uma enorme quantidade de investimentos públicos. Não basta o setor privado querer fazer uma coisa se o governo não faz do seu lado, a sua parcela, e isso traz um gargalo enorme.

— **Mário** — Estou inteiramente de acordo com a sua tese, só que acho o seguinte: acho que o mais importante seria, talvez, acertar uma certa diretriz qualitativa, mais que quantitativa. Toda previsão quantitativa, sobretudo no momento que nós estamos, é sempre muito precária. A gente deveria estabelecer uma diretriz qualitativa levando em conta uma perspectiva dinâmica. Ora, colocado esse ponto de vista, acho que ninguém que tenha bom senso pode fugir disso, que nós devemos transformar o Brasil num grande país produtor de alimento.

É preciso lembrar, também, que a industrialização foi feita, em grande parte, com capitais estrangeiros, ao passo que exatamente na parte da agricultura se poderia ter feito muito mais, com menos capital estrangeiro do que na indústria. O caso do programa nuclear é apenas o ponto mais alto do absurdo. O absurdo é muito mais amplo do que o programa nuclear.

Por que não se cancela esse programa nuclear e desvia para a agricultura? Alteraria muito o panorama da agricultura brasileira se se passassem esses 35 milhões de dólares para ela.

JT — O Senhor acha que o programa nuclear compromete o Proálcool e a agricultura?

Mário — Compromete todo o desenvolvimento do Brasil, porque é um investimento enorme de capital numa área de baixa produtividade para produzir uma energia mais cara. Não se justifica. Eu acho que o primeiro erro a sanar na política econômica brasileira é exatamente pôr de lado esse programa nuclear e os recursos que tivermos de levar para área mais produtiva.

Fernando — A eliminação do programa nuclear, a reformulação do programa nuclear, teria um aspecto positivo para a agricultura, por mais que possa parecer não relacionado. Isto porque as importações, via programa nuclear, aumentaram e, aí, o governo vem com uma política de aumentar as exportações para pagar o programa nuclear.

Corrigindo as previsões

Mário — Nem que tivéssemos recursos para pagar seria aconselhável. Seria fazer um investimento enorme numa área que é muito pouco produtiva. Já que, no mundo inteiro, estão sendo cancelados as instalações nucleares, principalmente porque não são rentáveis e o relatório do Congresso norte-americano sobre o programa nuclear afirmou que, hoje em dia, a energia nuclear não é competitiva nem com a energia solar.

JT — Parece mais ou menos o óbvio, que o futuro da indústria automobilística, com a crise do petróleo, se baseia no Proálcool. Há razões para confiar na execução desse Programa?

Garnero — Não se pode imaginar, que no mundo inteiro, paremos a circulação do

automóvel porque o petróleo vai acabar. Eu não vejo a indústria condenada definitivamente. Aqui no Brasil, ela tem um crescimento de 15%, mas inclusive podemos suportar em certas ocasiões, crescimento zero. E talvez, em certas ocasiões, essa seja até, sob o ponto de vista econômico, uma solução melhor do que crescer rapidamente. Não acredito que a indústria automobilística esteja em crise de sobrevivência no mundo todo pela questão do petróleo, porque não há nenhum substituto à mão para o petróleo. Eu acho que a indústria tem dificuldades pelos custos crescentes do petróleo, sem dúvida o custo do uso hoje passa a ser no mundo todo um limitador de crescimento. Mas também a gente sabe que, em países desenvolvidos, a indústria automobilística não tem mais campo para crescimentos extraordinários.

Mas a indústria automobilística brasileira tem de adotar certos padrões de consumo diferente de outros países, inclusive da América Latina. Acredito que nossas fronteiras agrícolas ainda vão ser conquistadas basicamente com caminhão.

JT — Esses novos projetos de destilaria, usinas, surgidos a partir do Programa Nacional do Alcool, em que áreas se estariam implantando principalmente?

Paulo — Eles estão-se concentrando basicamente, na região Sul do País, na região de São Paulo. Eles não estão-se desconcentrando bem em termos de região. Eles estão-se concentrando e isto tem um motivo sério, que é o problema de garantia. Por exemplo, um negócio a ser feito em Mato Grosso, numa terra que custa pouco, a propriedade não serve como garantia para implantação de uma indústria. No Estado de São Paulo já serve. Aquele projeto recusado lá, aqui seria aprovado. O que acontece? Concentra mais ainda.

Garnero — O que ele quer dizer muito

bem é que o agente financeiro lá exige mais garantias. Esta era uma das reclamações dos empresários e está no caminho de ser atendida. Que a terra valha pelo seu valor produtivo e não pelo seu valor imobiliário.

JT — Quais os maiores obstáculos hoje criados para o Proálcool?

Paulo — Primeiro, os objetivos do Proálcool são muito tímidos. Acharmos que dez milhões de litros não vão ser suficientes para atender as nossas necessidades. Segundo, achamos que mesmo esta meta, se as coisas continuarem do jeito que estão, vai ser inatingível. Os principais motivos seriam o problema da baixa produção de mudas, pois não vai dar tempo, até 85, para se ter uma estação experimental funcionando — uma variedade testada leva dez anos para ser obtida: não dá mais tempo. Há o problema de fundação de canavial que está muito mais lento do que se esperava. Há o problema do desmate, falta de experiência do empresário que está entrando. Tudo isto está atrapalhando um pouco. O problema está mais amarrado na parte agrícola do que na parte industrial. As indústrias fabricantes de equipamentos têm condição, como Garnero já disse.

Agora, acreditamos que se consiga talvez sete, talvez até nove bilhões de litros em 1985, mas não vai passar disso. A dez não chega.

O fim do acordo nuclear?

— Acreditamos que são inatingíveis os 10,7 bilhões de litros em 85. Acreditamos que vamos chegar a 7 e, com um pouco de sorte, a 9.

JT — Dentro do Proálcool a prioridade é mais para cultura de cana. A mandioca, por exemplo, está meio abandonada.

Garnero — Eu não diria que está aban-

donada. A mandioca sempre foi artesanal no Brasil. Mas eu mesmo fiquei surpreso: há um projeto de Goiás, que começa no ano que vem, para produzir 150 mil litros/dia baseado na mandioca e há outros projetos já em andamento.

Sou muito favorável ao etanol da madeira. Acho que o etanol da madeira é uma solução brasileira, que deve ser perseguida porque temos terras que devem ser utilizadas largamente, que não servem para cana mas que podem complementar projetos de cana. Há manchas de terras, inclusive, onde pode ser plantada a cana e pode ser plantada a madeira e há condições de fazermos um reflorestamento em grande escala em várias áreas do nordeste que seria um grande fator de melhoria desse status.

Fernando — Um ponto importante é que talvez a alternativa do etanol da madeira traga menos conflitos, ao mesmo tempo em que se cria uma alternativa de aumento de renda para os produtores.

JT — A Cesp, como sabemos, desenvolveu um projeto de pesquisa do metanol. De repente os jornais começaram a falar que o governo de São Paulo resolveu desativar esse projeto. Dias mais tarde foi assinado um convênio para reativar. Qual o problema?

Garnero — O que se discutiu foram duas coisas na área do metanol: primeiro, que não havia um projeto de processo de uma usina piloto incluindo a operação, partindo da madeira. E, segundo, que, eventualmente, esse balanço energético fosse negativo porque o que se fazia era o seguinte: a queima da madeira para se transformar em carvão e do carvão tirar-se o metanol.

A mim me parece uma solução muito mais razoável usar-se o carvão natural que temos no Sul, para produzir seja metanol ou etanol porque ambos são álcool e hoje há possibilidade de se fazer isso.